

# Nacionalistas e colonos do “ultramar” Português e sua presença no Brasil (1960-1975)<sup>1</sup>

*Daniel de Oliveira Cunha*<sup>2</sup>

*Zeila de Brito Fabri Demartini*<sup>3</sup>

## **Resumo**

Aborda-se a questão da mobilidade geográfica entre grupos, famílias e indivíduos oriundos das colônias portuguesas em direção ao Brasil nas décadas de 1960 e 1970. Articulam-se a literatura política do período considerado, biografias e autobiografias, monografias acadêmicas e entrevistas de histórias de vida na tentativa de reconstruir narrativas conjuntas que envolvam especialmente as sociedades dos atuais países lusófonos. Trata-se, ainda, de algumas conclusões provisórias de pesquisa em andamento, entre as quais: uma enumeração das motivações ou intencionalidades envolvidas nesses fluxos transcontinentais; os canais criados por instituições religiosas e educacionais, bem como por movimentos políticos; as influências governamentais e os constrangimentos jurídicos e diplomáticos sobre as mobilidades espaciais consideradas.

**Palavras-chave:** nacionalismo; colonialismo; exílio político; migrações internacionais; sociedades de língua portuguesa.

<sup>1</sup> Texto baseado em comunicação publicada no *Livro de Atas* do XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Lisboa, fevereiro de 2015. Uma versão estendida do presente artigo será publicada como capítulo de livro em GATTAZ, A.; FERNANDEZ, V.P.R. (Org.). *Imigrações e deslocamentos populacionais: reflexões e experiências*. Salvador: Editora Pontocom, 2015.

<sup>2</sup> CERU-USP. Mestrando pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. E-mail: oliveiracunha@hotmail.com.

<sup>3</sup> Universidade Metodista de São Paulo/CERU-USP/CNPq. E-mail: zeila@usp.br.

# Nationalists and settlers from the Portuguese “overseas” and their presence in Brazil (1960-1975)

## Abstract

The issue of geographical mobility among groups, families and individuals from the Portuguese colonies into Brazil in the 1960s and 1970s is analyzed in this study. There are articulated the political literature of the period considered, biographies and autobiographies, academic monographs, and life histories of interviews, in an attempt to reconstruct wide narratives which especially involve the societies of the current Portuguese speaking countries. These are also some provisional findings of ongoing research, including: an enumeration of the motivations or intentions involved in these transcontinental flows; the channels created by religious and educational institutions, as well as political movements; government influences and the legal and diplomatic constraints on the spatial mobility considered.

**Keywords:** nationalism; colonialism; political exile; international migration; Portuguese-speaking societies.

## Introdução

Estas reflexões pautam-se em estudo mais amplo, ainda em andamento, sobre fluxos migratórios mais recentes para o estado brasileiro de São Paulo, especialmente durante as décadas de 1960 e 1970. Aborda-se a questão dos deslocamentos de indivíduos e de famílias de diversas origens sociais e profissionais, além de diferentes pertencimentos políticos-ideológicos e religiosos, porém todos eles procedentes de um espaço geográfico específico, além de participantes de uma mesma dinâmica histórica global, qual seja, o processo de dissolução do chamado cei-

ro Império” português. Dessa forma, consegue-se vislumbrar a enorme complexidade que os permeia e os inúmeros questionamentos que vão colocando aos pesquisadores. Durante o processo de pesquisa, paralelamente à construção de representações sobre os acontecimentos e sobre suas implicações sociais, des-constuíram-se, também, algumas ideias iniciais, com acréscimo de novas indagações sobre as anteriormente existentes.

Concorda-se com os estudiosos que chamam a atenção, de um lado, para a complexidade da estrutura de dominação denominada *situação colonial* (BALANDIER, 1951), que envolveu principalmente as duas “colônias de povoamento” do “Ultramar” português (Angola e Moçambique), locais de onde é oriunda a maioria dos imigrantes considerados; de outro lado, para a ainda restrita produção acadêmica sobre as implicações dos movimentos políticos em Portugal e em suas colônias para a mobilidade geográfica dos que lá residiam, além dos efeitos desses fluxos no tocante às dimensões familiares, culturais, educacionais, religiosas, bem como aos sentimentos e aos conflitos que os acompanharam.

Alguns estudiosos sobre os contextos metropolitanos e coloniais chamam a atenção para os poucos estudos acadêmicos panorâmicos, em termos geográficos e de estratificação social e segmentação ideológica, sobre a metrópole portuguesa e suas antigas colônias, tomadas em seu conjunto, como estrutura de dominação em múltiplos níveis (LOURENÇO, 1999, p. 139; PAULO, 1996).

Em razão da escassez de pesquisas sobre a temática dos fluxos migratórios resultantes desses eventos históricos, tentar apreender as memórias daqueles que participaram de alguma maneira do processo imigratório tornou-se ainda mais premente. Por se tratar de um período recente, com poucos estudos sistemáticos que possibilitassem uma melhor delimitação da problemática a ser pesquisada, assim como a localização de fontes de informações, optou-se também pela utilização de fontes orais,

paralelamente a fontes documentais, à literatura política e aos estudos historiográficos e sociológicos sobre os temas considerados.

Como já se previa, a complexidade dada pela temática e pelas questões investigadas levou a optar pela diversidade e complementaridade das fontes. Como em outros estudos, constatou-se que documentos escritos (livros, jornais, levantamentos de dados em arquivos de instituições, literatura ficcional etc.) levavam aos informantes e ajudavam na realização de entrevistas, mas os informantes com seus relatos levaram também a novos documentos, dos quais muitas vezes eram os únicos possuidores, bem como à formulação de novas questões. Os livros selecionados para análise tratam geralmente de assuntos políticos e, mais especificamente, sobre a questão do colonialismo português e da luta pela independência das províncias ultramarinas. São diversas as suas características e os estilos neles expressos, podendo se apresentar como *literatura ficcional* (romances ou contos), como poemas de protesto, como *literatura de testemunho* (exemplificada por biografias, autobiografias ou relatos e memórias de participação na guerra) ou mesmo como estudos de interpretação historiográfica ou sociológica, os quais, confeccionados no calor dos conflitos, apresentam um acentuado teor ideológico.

Toda essa literatura, uma vez identificada e relacionada com seu público leitor específico, lança uma luz adicional sobre as características e as clivagens internas dessas importantes correntes migratórias formadas principalmente por portugueses e africanos – representadas por refugiados que formam entre si subgrupos, estratificados e segmentados em termos culturais, sociais, econômicos, políticos e ideológicos.

Como o título deste texto já o adianta, as enormes diferenças de visão de mundo que separam os indivíduos e grupos sociais oriundos das antigas colônias portuguesas põem a questão adi-

cional de se relativizar e contextualizar, em primeira instância e com o recurso constante às aspas, o uso que eles mesmos fazem de seus conceitos, que, combinados, formam pares dicotômicos, ambivalentes ou antinômicos, como reflexo da própria polarização que é inerente às situações coloniais.

A noção de “descolonização”, assim, antepõe-se à de “libertação nacional”, sendo a primeira utilizada com maior frequência em Portugal, e a segunda nos países africanos (e em Timor-Leste). Como sintetizou Mia Couto:

Os portugueses não descolonizaram Moçambique (nem Angola, nem Cabo Verde, nem a Guiné, nem São Tomé e Príncipe). Estas nações africanas descolonizaram-se a si mesmas (...) Não nasceram da descolonização que é nomeada por quem fala de Portugal. Não se olham a si mesmos como ex-colónias. A sua referência identitária não mora no passado. Estão ocupados com projectos de nação que se desenham na tela do futuro. O que eles empreenderam foi uma guerra de libertação nacional (que em África, por essa razão, nunca é chamada de “guerra colonial”) (COUTO, 2010).

Pode-se também confrontar as noções de “Ultramar” e de “províncias ultramarinas” (utilizados oficialmente desde 1951), de um lado, e a noção de “colônias”, de outro. Enquanto este se reporta diretamente à problemática da condenação política e jurídica internacional ascendente aos colonialismos, aqueles não passaram de eufemismos criados pelas administrações das potências coloniais, para reforçar sua pretensão à legitimidade sobre seus domínios extracontinentais (COUTO, 2010)<sup>4</sup>.

Deve-se, antes de tudo, com o objetivo de se compreender um processo político específico, captar o recurso que se faz a ter-

<sup>4</sup> Também no Brasil os formuladores de política externa procuraram evitar as referidas denominações jurídicas portuguesas de verniz, preferindo desse sempre o termo “colônias” (COSTA E SILVA, 2003).

mos que denotam “violência verbal” e o compromisso com uma causa política, em situações de embates ideológicos. Os termos “guerra de libertação nacional”, “fascismo português”, “guerra subversiva”, entre outros, quando contextualizados dentro de um espaço social específico, têm muito a revelar sobre as clivagens em questão. Como regra geral, preocupações com uma leitura “desinteressada”, por parte dos agentes envolvidos nas dinâmicas sociais em questão, costumam ser secundárias.

O processo de pesquisa é necessariamente longo, e o distanciamento crítico alterna-se com a aproximação e a reaproximação das questões que vão sendo desdobradas e reconstruídas.

## O mundo colonial e suas crises e tensões

Os multifacetados fluxos de portugueses e de “lusso-africanos”, além do de africanos negros, mestiços e brancos, entre outros, no período considerado, estão associados a momentos agudos de crise vivenciados no âmbito das situações coloniais em questão. Analisar as vivências dos indivíduos pertencentes aos vários grupos, nestss momentos de crise, parece permitir, como também já alertou Georges Balandier, que as crises podem ser reveladoras das forças de mudança sempre presentes e do “caráter aproximativo, problemático e vulnerável dos arranjos sociais”, e que aparecem, com maior nitidez, a quem pretende observar por detrás das aparências formais (BALANDIER, 1971 e 1976).

A reconstrução dos eventos históricos faz-se necessária para que se compreenda como se deu a mobilidade geográfica primeiramente para as colônias e, em seguida, destas para outras partes do mundo e para o Brasil em particular. É preciso lembrar que, a partir da década de 1940, com o início do chamado *boom* do café no norte de Angola, Portugal acelerou sua política de colonização na África, estimulando a ida de portugueses para lá

fixarem residência e trabalharem. Segundo fontes oficiais, cerca de 330.000 portugueses estariam vivendo em Angola em 1970, e em torno de 150.000 em Moçambique (CASTELO, 2007).

Nas décadas de 1950 e 1960, perante uma nova conjuntura externa marcada pelas independências políticas das antigas colônias holandesas, belgas, espanholas, inglesas e francesas na Ásia e na África e pelas crescentes pressões das Nações Unidas contra a permanência de regimes coloniais (MAGALHÃES, 1999), e também diante das atribulações políticas causadas pelas primeiras sublevações armadas em Angola e por uma tentativa de golpe de Estado em abril de 1961 (a chamada “Botelhada” ou “Intentona de Botelho Moniz”, encetada por portugueses alinhados com a política externa dos Estados Unidos), a relativa coesão interna do regime salazarista começou a se desfazer em razão do crescente descontentamento, mesmo no interior do governo, relativo tanto à delicada questão do assimilacionismo/integracionismo nas colônias como ao intransigente centralismo até então vigente. Assim, apresentam-se entre os governistas portugueses ao menos três alternativas divergentes para a reforma da associação político-administrativa entre estados ou províncias, sempre subordinados a um único governo central: “o unitarismo integracionista, a solução “marcellista” e o modelo federalista – com suas eventuais variantes –, sendo que o primeiro e o terceiro já eram debatidos e confrontados nos meios acadêmicos, jurídicos e políticos metropolitanos desde princípios do século XIX” (CORREIA, 1991; MOREIRA, 2009, p. 152).

O início dos anos 1960, período em que estavam em fase final de esfacelamento os extensos impérios coloniais britânico e francês, é também lembrado como o momento inicial das primeiras revoltas de grupos armados, em cenário africano, contra o colonialismo português. A África Subsaariana havia sido, então, palco de uma série de independências políticas desencadeadas desde a emancipação de Gana, em 1957, e da Guiné-Conacry, em 1958. Mas foi somente na década seguinte que as “províncias ul-

tramarinas" portuguesas romperam com a metrópole, no entanto, sem se acomodarem em soluções neocoloniais (GENTILLI, 1998). Arrastaram-se, no caso destas em seu conjunto, quatorze anos de guerra.

Os nacionalistas angolanos, desde a intensificação de sua militância, que já vinha se formalizando desde a década anterior, não tiveram dificuldades em obter o apoio explícito de governos africanos recém-constituídos. Assim, a União dos Povos Angolanos (UPA), movimento nacionalista liderado por Holden Roberto e atuante na faixa de fronteira ao norte do território, pôde contar, como desdobramento da causa pan-africanista e por razões geoestratégicas, com o financiamento econômico e o auxílio militar-logístico de países como o Zaire, Gana, Guiné-Conacry e Egito e, fora do continente, dos Estados Unidos – cuja política externa havia sido atraída pela retórica anticomunista de seu fundador, um dos fundadores e o principal líder da UPA e depois da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), mas também pelo apoio internacional (fomentado pelos Estados Unidos) ao golpe militar que depôs o primeiro-ministro do Congo recém-independente, Patrice Lumumba, em setembro de 1960. Seu assassinato, nas mãos das milícias de Moïse Kapenda Tshombé, do Katanga (atual Shaba, província então separatista, ao sul do país), em janeiro de 1961, coincidiu com os massacres na Baixa de Kassanje, no então distrito angolano de Malanje, na faixa de fronteira entre os dois territórios.

O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), de orientação ideológica marxista, teve entre seus aliados externos, entre eles o Congo-Brazzaville, a Zâmbia, a União Soviética e, em especial, Cuba, entre outros países.

Entrementes, em Angola a repressão policial e militar a alguma revolta civil passaria então a ser executada com desproporcional violência, como veio a ocorrer no caso do levante dos plantadores de algodão na Baixa do Kassanje (Malanje), quando a reta-

liação das forças armadas portuguesas, usando napalm, matou cerca de sete mil camponeses que se manifestavam pacificamente contra suas condições de trabalho. Em Luanda, em 4 de fevereiro de 1961, a ação armada de nacionalistas angolanos foi respondida com uma brutal repressão nos musseques da cidade, o que provocou centenas de mortos. Só nesses primeiros meses de guerra, teriam morrido, segundo fontes nacionalistas, 70.000 africanos do Norte de Angola e cerca de dois mil portugueses e empregados originários do Planalto Central. Já o número de refugiados para o Congo, ao Norte, chegou a ser contabilizado em 150.000. A própria competição entre “comitês de solidariedade” dos movimentos nacionalistas, formalmente criados alguns anos antes, para a captação desses refugiados na fronteira engendrou conflitos entre militares da União das Populações de Angola (UPA), formado naquela mesma região, e do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), formado por luandenses e presente nas regiões do Norte e no Congo desde fins de 1961. O chamado Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados (CVAAR), mantido no Congo, estava associado ao MPLA e, como se verá, manteve ligações com alguns grupos de militantes formados no Brasil.

Foi, todavia, a UPA o primeiro movimento a declarar autoria por ataques armados contra o colonialismo português, quando, em meados de março de 1961, na cidade congoleza de Ndjiji, foram recrutados os primeiros combatentes para ações de guerrilha naquela faixa de fronteira. Pouco depois o MPLA também passou para a luta armada (em novembro de 1961), quando, em sua primeira operação militar, uma expedição chefiada pelo comandante Tomás Ferreira foi aniquilada pelas forças da UPA, o que revela a incompatibilidade precoce inerente à “retomada da iniciativa” entre os nacionalistas angolanos.

Os três episódios de violência política ocorridos nos três primeiros meses de 1961 (massacres da Baixa do Kassanje em janeiro; assalto às cadeias de Luanda em fevereiro; massacres das fazen-

das de café em março) estão associados a outro evento de maior amplitude geográfica, além do golpe perpetrado por Joseph Mobutu no Congo, com o patrocínio do governo norte-americano e de agentes da CIA instalados no país. Trata-se de um desdobramento direto da campanha fracassada do general Humberto Delgado à presidência de Portugal em 1959 e de seu subsequente exílio no Brasil. Em janeiro de 1961, Delgado, ao lado de outros dissidentes políticos portugueses, entre os quais Henrique Galvão, tivera participação no assalto ao paquete português Santa Maria em águas territoriais espanholas, juntamente a militantes galegos contrários ao regime de Franco na Espanha, liderados por Xosé Velo e Jorge de Soutomaior. A expectativa era de que os membros do então batizado Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL) rumassem para Luanda, após uma curta passagem pela Venezuela. Aproveitando-se da presença de jornalistas de outros países na colônia, o cônego Manuel das Neves, que não era diretamente ligado a nenhum dos movimentos nacionalistas angolanos, deu ordens para que alguns seminaristas pegassem em armas para libertar alguns presos políticos, na data que seria depois consagrada como o Dia Nacional do Esforço Armado, o 4 de Fevereiro.

Com ideologias e propostas nacionalistas bastante diversas, o MPLA e a UPA (depois FNLA, Frente de Libertação Nacional de Angola) iriam se chocar ao longo dos anos. Após 1965, o MPLA passou a ser objeto preponderante de simpatias externas como alternativa programática de combate ao colonialismo e como proposta de formação de um novo país, principalmente perante os países membros da Organização da Unidade Africana (OUA).

Enquanto muitos dos quadros iniciais do MPLA eram mestiços e brancos de Luanda, Benguela e Cuanza Sul, muitos deles profissional e intelectualmente formados na metrópole e em outros países europeus, os membros da UPA, negros em sua quase totalidade (também havia mestiços do sul de Angola, já em sua fundação), estiveram, desde o início de seu engajamento, mais

voltados para as aspirações independentistas das populações rurais situadas no norte do território angolano, região que antigamente era parte do reino do Kongo. Surgiu então outra aparente clivagem – além da ideológica e da racial – que antepunha UPA e MPLA: se este exercia nos seus primeiros anos uma maior influência nas cidades, aquele sempre teve como base de apoio interno o conjunto de aldeias em que os seus habitantes falavam o kikongo, nos distritos do Zaire, Uíge e Cuanza Norte (DÁSKALOS, 2000; SERRANO, 2008). No entanto, em nosso entendimento, esta aparente clivagem entre meio rural e meio urbano não se traduz em uma relação de simples oposição ou contrariedade, mas antes em *implicação mútua e interpenetração* (PEREIRA DE QUEIROZ, 1978), já que setores da UPA/FNLA organizavam-se também em cidades angolanas e das repúblicas congolosas, tais como Mbanza Kongo, Léopoldville, Brazzaville, Dolisie, entre outras, além do que, militantes do MPLA eram oriundos dos arredores de Luanda (como as localidades de Caxito e de Catete), ou de toda a área adjacente aos Caminhos de Ferro que ligam Luanda a Malanje.

Outras formações nacionalistas foram criadas no período da guerra colonial. O mais importante dos movimentos nacionalistas formado majoritariamente por indivíduos “de raça branca” (que o português Fernando Tavares Pimenta chama de “leuconacionalistas”), foi a Frente de Unidade Angolana (FUA). Carlos Serrano, em relato pessoal sobre o assunto, assinala que houve três organizações com o mesmo nome, entre 1962 e 1975. A primeira FUA, e também a mais estudada, durou apenas dois anos (1962 a 1963), até o momento da ruptura ideológica (relativa à questão da adesão ao MPLA) entre “condicionais” e “incondicionais”, durante o exílio coletivo do grupo em Blida, na Argélia. Uma segunda FUA surgiu no contexto da diáspora angolana, ao longo dos anos sessenta, e dela participaram alguns membros da primeira FUA, como Sócrates Dáskalos. No período de transição para a independência, em 1974-1975, surgiu uma terceira FUA, que deve duração ainda mais efêmera. Uma parte de seus

integrantes, sobretudo da primeira FUA, manteve apoio ao MPLA, por afinidades ideológicas. Alguns dos quadros políticos desses três agrupamentos, depois de passarem pela África do Norte e/ou pela Europa, vieram como imigrantes para o Brasil nos anos 60.

Em Moçambique, entre 1959 e 1965, houve um aumento da chegada de portugueses, como quadros técnicos da administração pública, da indústria e dos serviços. Uma grande parcela dos "novos" imigrantes metropolitanos tinha uma formação pouco superior à dos habitantes locais, e é por este contraste – entre outras razões – que se intensificaram as aspirações dos negros que haviam perdido parcelas de suas terras para os colonos recém-chegados e daqueles que, nas cidades, desejavam receber um pagamento equitativo pelo seu trabalho, em relação ao dos brancos.

Nesta nova conjuntura de aceleração da colonização por parte do governo português, três movimentos nacionalistas moçambicanos foram criados, cada um deles formado por um grupo étnico e regional preponderante. A União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) foi fundada por Adelino Gwambe e por militantes (majoritariamente macuas) de Manica e de Sofala, em Salisbury, na então Rodésia do Norte, em 1960. No ano seguinte, exilados e trabalhadores moçambicanos residentes no Quênia e na Tanzânia (a maioria dos quais makondes ligados a um grupo precedente chamado União Maconde de Moçambique) criaram, em Mombaça, a União Nacional Africana de Moçambique (Moçambique African National Union, MANU), com estrutura semelhante à queniana KANU. Também em 1961 foi criada a UNAMI, União Nacional Africana de Moçambique Independente, na faixa de fronteira entre o então distrito de Tete e o Malawi.

Em 1962, em Dar-Es-Salaam, então capital tanzaniana, sob o incentivo do presidente Julius Nyerere, uma coalizão entre os três movimentos (UDENAMO, MANU e UNAMI) fundiu-se na Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), presidida por um professor universitário nos Estados Unidos e funcionário das

Nações Unidas, Eduardo Mondlane.

Outras partes do império, fora do continente africano, também haviam passado por um processo dramático de ruptura em relação à metrópole, e com algum eco na imprensa brasileira. Em dezembro de 1961, o Ultramar português sofreu uma subtração ao seu mais antigo domínio no continente asiático, com a invasão e anexação, pela União Indiana, governada por Javaharlal Nehru, do Estado (português) da Índia, que compreendia Goa, Damão e Diu. Antes disso, em maio de 1961, o líder do Movimento de Libertação de Goa, P. D. Gaitonde, que também havia sido secretário-geral da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP) – antes de seu conterrâneo goês, Aquino de Bragança –, deslocou-se ao Brasil, a fim de buscar, em vão, apoio diplomático para a “reintegração” de Goa à Índia, embora tenha recebido apoio de portugueses exilados do Movimento Nacional Democrático (grupo ligado a Norton de Matos, formado após sua malograda tentativa de se tornar chefe de governo em Portugal) e de Henrique Galvão, no Rio de Janeiro (DUARTE, 1962, p. 553). Apesar dos ataques frontais de diplomatas brasileiros ao colonialismo português, como Afonso Arinos de Melo Franco (então ministro das Relações Exteriores) e Adolpho Justo Bezerra de Menezes, o posicionamento oficial do governo brasileiro foi de solidariedade com Portugal no caso da anexação dos enclaves portugueses na Índia (FURTADO, 2008), o que frustrou as expectativas dos nacionalistas indianos mencionados, além de explicitar algumas fragilidades de posicionamento inerentes à chamada Política Externa Independente (PEI).

## Estudantes africanos e nacionalistas exilados no Brasil

A PEI postulava entre seus objetivos não só uma maior aproximação econômica, política e cultural com o continente africano, mas, também, quase sempre, uma condenação explícita do colonialismo português (FRANCO, 2001 e 2005). Foi mantida como

diretriz das relações internacionais brasileiras, de 1960 aos primeiros meses de 1964, embora houvesse passado por mudanças de orientação em sua programação geral – um dos chanceleres desse período, Hermes Lima, defendia uma atitude conciliadora com Portugal e uma “solução neocolonial” para as possessões portuguesas.

Em Salvador, Vivaldo da Costa Lima e o exilado português Agostinho da Silva, ligados ao Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade da Bahia – em associação com o Ministério das Relações Exteriores –, preparavam a recepção de estudantes vindos da Nigéria, de Gana, do Senegal e de Camarões, que começaram a chegar em dezembro de 1961 (a vinda de estudantes togoleses e beninenses também estava prevista, mas não se realizou neste primeiro contingente), além de um único estudante de uma colônia portuguesa, Cabo Verde (DÁVILA, 2011).

Entrementes, ao longo da década de 1960, aportaram no Brasil dezenas de nacionalistas das colônias portuguesas, ou formalmente como asilados políticos, ou como estudantes universitários e, com frequência de forma velada, militantes que participavam das atividades exteriores de seus respectivos movimentos. Entre os primeiros de que se tem notícia, estão alguns originários de São Tomé e Príncipe, entre os quais alguns membros de uma família da elite santomense, os Paquete; e também o padre Sacramento Neto, que questionava abertamente o colonialismo português, embora também fosse contrário à ideologia de esquerda do Comitê pela Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP), fundado em 1960 (SACRAMENTO NETO, 2004).

Em São Paulo e no Rio de Janeiro, organizavam-se alguns estudantes nacionalistas das colônias portuguesas na África. Na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP, em São Bernardo do Campo), estavam matriculados alguns angolanos protestantes ligados ao MPLA. Ligados a outras universidades fluminenses

e paulistas, também se inseriam outros angolanos, ou críticos independentes do regime colonial, ou também vinculados àquele movimento. Um desses estudantes, Mateus Silva, embora representasse a FNLA no Brasil, mantinha boas relações com os primeiros. Havia também moçambicanos e um guineense que representava o PAIGC no Brasil, Fidélis Cabral. Todos eles eram apoiados internamente por militantes da esquerda brasileira e portuguesa ligados ao jornal *Portugal Democrático* e a editoras interessadas em fazer propaganda contra o colonialismo e contra o regime salazarista. Era então formado, no eixo Rio – São Paulo, o Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA), além do Comitê Brasileiro de Ajuda a Refugiados de Angola (CBARA), que fazia uma ponte entre o MABLA e o já mencionado CVAAR em localidades das repúblicas congolenses, cujo primeiro presidente foi Paulo Duarte, editor chefe da revista paulista *Anhembi*, uma das mais ferozes denunciadoras do salazarismo (SANTOS, 2010).

Como nos apontou Fernando Augusto Albuquerque Mourão, entre 1956 (data de fundação do MPLA, para a maior parte dos historiadores do nacionalismo angolano) e meados de 1963, a PIDE possuía uma base de vigilância no Brasil, embora seu alvo imaginário fossem algumas células “subversivas” do Partido Comunista Português ou a ele associados. Não lhes passava ainda pela cabeça que havia grupos nacionalistas africanos já bem estruturados em torno de um programa político específico. Assim, nesse período, alguns militantes tiveram ampla liberdade de atuação, não em agrupamentos explicitamente políticos, mas em canais acadêmicos e religiosos (a exemplo da Organização Juvenil Evangélica). Um caso emblemático é o de Deolinda Rodrigues, uma importante liderança do MPLA, que havia vindo para o Brasil no fim dos anos cinquenta como estudante também da Universidade Metodista de São Paulo, e que manteve simultaneamente um intenso trabalho de organização exterior do movimento a partir de sua estadia em solo brasileiro.

Ainda no fim do governo Kubitschek, a assinatura em Lisboa de um tratado de extradição e cooperação judiciária em matéria penal entre Brasil e Portugal, pelos ministros Horácio Lafer e Marcelo Mathias, em 9 de agosto de 1960, atemorizou os militantes nacionalistas africanos que se encontravam no Brasil como estudantes, entre os quais Deolinda Rodrigues, e resultou na saída voluntária de uma parte deles (RODRIGUES, 2004). O acordo em questão, entre vários outros assinados à mesma ocasião, no entanto, acabou por se tornar letra morta após a posse de Jânio Quadros e a inauguração da já mencionada PEI (MAGALHÃES, 1999). Entre 1961 e 1963, chegariam ao Brasil outros militantes, entre os quais o angolano Fernando Costa Andrade, também do MPLA, que se matriculou na Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo.

## Golpe militar no Brasil, acordos com Portugal e guerra em Moçambique

Com a ascensão do regime militar brasileiro, em março/abril de 1964, houve alterações sutis na orientação brasileira em relação ao anticolonialismo e às relações com o regime português do Estado Novo. Todavia, essas mudanças de diretriz são ainda objeto de divergência entre os intérpretes e variam em torno da ênfase nas continuidades, conforme José Calvet de Magalhães, e da ênfase nas rupturas, conforme Ovídio de Andrade Melo. Tais discrepâncias interpretativas refletem em parte as próprias diferenças de posicionamento na sociedade brasileira e, em particular, dos agentes governamentais e das Forças Armadas no Brasil. Tomadas em seu conjunto, as opiniões gerais sobre a "solução colonial" não eram de modo algum coesas.

Embora o paradigma da PEI tenha sofrido uma brusca interrupção, sob a chancelaria do conservador Vasco Leitão da Cunha, e alguns setores lusófilos do Ministério das Relações Exteriores defendessem a ideia do Atlântico como um "lago

lusitano” (MELO, 1996), iria predominar ainda a posição anticolonialista naquela instituição. No entanto, foi retomado o matiz mais conciliador de San Tiago Dantas, de anos antes, com relação às relações de “fraternidade” com Portugal (MAGALHÃES, 1999).

Entre as Armas brasileiras, setores do Exército ligados ao novo presidente, o general Humberto de Alencar Castelo Branco, pareciam defender discretamente a emancipação das colônias, embora em moldes neocoloniais, ao passo que a Marinha era tradicionalmente mais conservadora e alinhada com o *statu quo* nos domínios portugueses. Com efeito, houve episódios de detenção e interrogatório, por parte do serviço de inteligência da Marinha (CENIMAR) e de agentes da PIDE instalados no Brasil, de estudantes africanos e de alguns funcionários moçambicanos da FRELIMO que mantinham um escritório no Rio de Janeiro desde 1963 (DÁVILA, 2011). Estes, por pouco, não foram enviados para Portugal, o que não se consumou devido aos pedidos do presidente Léopold Senghor, do Senegal, junto ao governo brasileiro em favor dos moçambicanos (MELO, 1996, p. 362). Em São Paulo, o angolano Costa Andrade foi preso duas vezes pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), mas libertado após alguma mobilização internacional, o apelo de intelectuais associados ao MABLA e a interferência pessoal de um dos proprietários do jornal conservador *O Estado de S. Paulo*, Júlio de Mesquita Filho, junto a autoridades do novo regime (MEDINA, 1987, p. 267-271; COSTA ANDRADE, 2002; SANTOS, 2010).

Poucos meses depois, os guerrilheiros moçambicanos da FRELIMO entraram em cena no debate mundial sobre a descolonização. Considera-se oficialmente o dia 25 de setembro de 1964 a data inicial dos primeiros levantes armados conduzidos por aquele movimento, em Mueda, no norte de Moçambique. No mesmo mês, Portugal cuidava de invocar uma nova tática em sua política de legitimação internacional, no sentido de assegurar algum apoio das comunidades falantes de língua portuguesa de todo o mundo.

Realizaram-se, então, a Semana do Ultramar e o I Congresso das Comunidades Portuguesas, em que foram proclamadas as ideias de “portuguesismo” e de um “sistema cultural geral” lusófono, que se estenderia às colônias, e em que foram criadas a Academia Internacional da Cultura Portuguesa e a União das Comunidades de Cultura Portuguesa (MOREIRA, 2009, p. 321-323).

A ideia precursora de uma “comunidade luso-brasileira” havia sido levantada anos antes, em 1962, pelo então ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, mas que entretanto pouco efeito tinha na orientação política da PEI. Mesmo durante o governo Castelo Branco, a postura oficial do governo brasileiro, conforme os próprios discursos presidenciais, será a de vislumbrar uma futura “Comunidade Afro-Luso-Brasileira” (MAGALHÃES, 1999, p. 104-107). A ascensão do general Costa e Silva, em março de 1967, mudou um pouco os rumos da política externa brasileira. Com efeito, em abril do mesmo ano, foi sancionada pelo Congresso Nacional uma lei que instituía o “Dia das Comunidades Luso-Brasileiras”, a ser comemorada no dia do descobrimento, em 22 de abril. Em julho, sob os auspícios de Adriano Moreira, era realizado a bordo de um navio no litoral moçambicano, inclusive em áreas próximas a focos de guerrilha, o II Congresso das Comunidades Portuguesas, o qual contou com marcante presença de políticos e intelectuais brasileiros e portugueses residentes no Brasil. Um deles era o deputado paulista Antônio Sílvio Cunha Bueno, da ARENA, que talvez tenha sido o primeiro político brasileiro a ter percebido a oportunidade política e econômica de atrair os colonos para o Brasil durante um eventual processo de descolonização, conforme nos relatou o jornalista português Frederico Gavazzo Perry Vidal, que o havia acompanhado em viagens subsequentes à Moçambique. Esse fluxo de fato veio a ocorrer entre 1974 e 1975, com o estabelecimento do MAEP, como se verá adiante.

Desde 1964, continuaram a ocorrer poucos, mas marcantes, descolamentos de indivíduos que haviam nascido nas colônias

portuguesas. Em dezembro de 1965, chegou a São Paulo, vindo do exílio francês, um importante escritor africano de língua portuguesa, Fernando Monteiro de Castro Soromenho, filho de português e cabo-verdiana nascido em Moçambique e criado no interior de Angola, colônia esta de onde saiu a inspiração para seus romances e contos. Antes, em 1937, já havia visitado o Rio de Janeiro como correspondente de um semanário português e, dessa vez, retornava ao país como colaborador no recém-criado Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade de São Paulo e, ali, como responsável pelo curso de Sociologia da África Negra. Faleceu na capital paulista em junho de 1968 (MOURÃO, 1978).

Nos anos finais da mesma década também chegaram ao Brasil alguns outros exilados que já estavam direta ou indiretamente ligados às causas nacionalistas africanas. Alguns possuíam mandado de captura expedido pela PIDE. O angolano Carlos Serrano, antropólogo e um dos grandes estudiosos do nacionalismo em Angola, chegou em São Paulo em 1967, vindo da França. Outro angolano também perseguido pela polícia política portuguesa, o jornalista e economista José Manuel (Jonuel) Gonçalves, foi viver no Rio de Janeiro depois de ter passado pelo Senegal e pela França.

Entrementes, foram estabelecidos, a partir de 1966, importantes canais de fluxo profissional entre Brasil, Portugal e suas colônias. Mesmo antes da assinatura e da ratificação, em 1967, dos novos e bem sucedidos acordos comerciais entre os dois países, o Pão de Açúcar, grupo varejista de São Paulo fundado pela família portuguesa Diniz, estabeleceu algumas filiais na região metropolitana de Lisboa (MAGALHÃES, 1999), em uma altura em que um importante fluxo de regentes agrícolas e engenheiros agrônomos formados em Portugal se dirigia a trabalho principalmente para Angola. Essa leva profissional foi em grande parte responsável para a subsequente extensão das atividades da empresa brasileira para as colônias. Desde então, intensificou-se com o Brasil a vinculação de muitos desses profissionais, de origem portuguesa, “lusó-africana” ou mes-

mo “lusio-indiana”, por meio de bolsas de especialização em institutos agronômicos brasileiros, como o Centro do Café, em Campinas<sup>5</sup>. Observamos que naquele momento muitos desses profissionais defendiam, velada ou explicitamente, a independência das colônias, e alguns deles mesmo mantinham simpatias ou vínculos com o MPLA.

## A transição de 1974-1975 e a saída em massa dos colonos

Após a Revolução dos Cravos e antes das datas negociadas de independência, houve em Angola uma reordenação das alianças entre os distintos movimentos de libertação nacional (MPLA, UNITA e FNLA) e os colonos geograficamente espalhados pelo território, após os Acordos de Alvor, entre estes três grupos nacionalistas e o novo regime português, os quais propunham uma transição para um governo pluripartidário em Angola. Alguns pequenos partidos políticos, formados por colonos avessos aos movimentos nacionalistas, surgiram “à undécima hora” para disputar as eleições previstas. A escalada da violência, desde meados de setembro de 1974, deve-se, em parte, a ações desses novos agrupamentos políticos, que possuíam braços armados e que foram criados sob o fomento de setores da linha dura militar portuguesa e de ex-agentes da PIDE, que engendraram, como contraponto a suas ações armadas, a formação do chamado “poder popular” entre os negros dos musseques de Luanda<sup>6</sup>. Não

<sup>5</sup> Esses deslocamentos temporários, por razões profissionais, foram facilitados após a assinatura, pelos dois países, de um acordo de cooperação técnica, em 7 de setembro de 1966 (MAGALHÃES, 1999, p. 128).

<sup>6</sup> Ovídio de Andrade Melo assim registra sua interpretação sobre as relações de causalidade inerentes a esses confrontos: “Lembrava-me eu dos acontecimentos de setembro do ano anterior, quando os colonos brancos, insatisfeitos com a Revolução dos Cravos, haviam promovido expedições punitivas, verdadeiros *pogroms*, contra os *musseques* de Luanda. Não teria sido como decorrência desses ataques, não teria sido para defrontar investidas da mesma espécie que os negros dos bairros pobres se armaram?” (MELO, 1996, p. 355).

obstante, apenas uma parte dos colonos, e mesmo dos “novos” colonos, aderiu explicitamente à causa daqueles efêmeros partidos. Outros preferiram optar entre os três principais movimentos nacionalistas, em um ambiente crescentemente tenso, em que as contrainformações entre os grupos rivais eram divulgadas a todo instante.

Grande parte dos habitantes do Huambo e do Bié aproximou-se, então, da UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola, criada em 1966) devido ao discurso aparentemente conciliador, mas, no fundo, marcadamente ambivalente e manipulador de seu líder fundador, Jonas Savimbi, mesmo que antes outra parte dos colonos do Planalto Central tenha tido maiores simpatias pelo MPLA. Em Luanda, era majoritário o apoio ao MPLA, embora os outros grupos tivessem o seu numeroso eleitorado. Mesmo a FNLA, apesar das lembranças traumáticas, entre os brancos, dos massacres perpetrados pela UPA no norte em março de 1961, recebeu algum apoio dos brancos, em razão da mudança de tom nos discursos, também aparentemente conciliatórios, de Holden Roberto.

Agostinho Neto, por sua vez, insistiu em desconsiderar as propostas “neocolonialistas” defendidas veladamente por uma enorme parcela dos colonos, chegando a assinalar: “Não queremos aqui um outro Brasil”. Embora tivesse força em Luanda, o “multiétnico” MPLA estava internamente dividido por uma dissidência ideológica (a chamada Revolta Ativa, formada por intelectuais como os irmãos Pinto de Andrade) e por uma dissidência geográfica (a chamada Revolta de Leste, de Daniel Chipenda), ambas em um novo jogo de forças com a “Ala Presidencialista” de Agostinho Neto, o que enfraqueceria a ação do movimento durante o processo de transição. Mesmo assim, esse movimento cristalizado em partido obteve maior legitimidade interna e internacional para tomar a frente da autodeterminação de Angola.

Após a independência das colônias, os projetos, programas e planos políticos e econômicos elaborados em torno dos Acordos de Alvor, de janeiro de 1975, caíram no esquecimento (GONÇALVES, 2011). Em Angola, terminaram por predominar as propostas de separação total, reforçadas pelo forte centralismo político-administrativo (CORREIA, 1991), defendido pelo MPLA, que havia proclamado unilateralmente em Luanda a República Popular de Angola, reconhecida oficialmente pelo governo brasileiro antes mesmo dos países socialistas (MELO, 1996).

Apesar da invasão sul-africana, apoiada pela UNITA, mas logo barrada pela superioridade militar das tropas cubanas e soviéticas de apoio ao MPLA, o grande problema de unidade estatal, após a emancipação política, se restringiu ao caso do enclave de Cabinda, alvo das pretensões expansionistas do Zaire (SANTOS, 1975; GASPARI, 2004). Criada pouco antes da independência pelo empresário Alexandre Tchioufou, homem ligado a petrolíferas francesas, a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) passou a praticar mobilizações guerrilheiras na famosa floresta do Mayombe, contra as demais forças armadas, visando o controle do enclave, que é a região mais rica em petróleo de Angola. Ainda hoje, contestam o poder central de Luanda, apesar de suas incontornáveis divisões internas.

A guerra colonial, em Moçambique, havia sido de mais baixa intensidade, se comparada à guerra em Angola, durante a maior parte do período final da presença portuguesa, e quase sempre restrita ao norte (Cabo Delgado) e ao nordeste (Tete) do território. Ainda assim, a mais acentuada oposição entre sociedade branca, de um lado, e sociedades africanas, de outro, foi um fator decisivo para a "debandada" da quase totalidade dos portugueses e luso-africanos assim que o processo de transição para a independência teve início, entre meados de 1974 e 25 de junho de 1975, data acordada para a independência nacional. A maior parte dos colonos foi primeiramente para Portugal, e um contingente também expressivo para a vizinha

África do Sul (tendo sido a Suazilândia ponto de paragem para alguns). Mas muitas famílias, embora em quantidade muito menor que a de colonos oriundos de Angola, também veio para o Brasil. Alguns destes eram empresários e funcionários públicos ou privados ligados aos interesses da alta burguesia da então chamada Lourenço Marques (hoje Maputo). Notamos que há em São Paulo muitas famílias oriundas do antigo colonato do Limpopo, que fora estabelecido no sul de Moçambique. Mas também foram estabelecidos contatos com famílias vindas de Nampula, no norte do território.

## Inserção dos ex-colonos em São Paulo nos anos 1970

Se na década de 1960 predominou a chegada ao Brasil de alguns antigos militantes políticos e simpatizantes das causas nacionalistas, oriundos das possessões portuguesas, na década de 1970 houve um fluxo numericamente muito maior de “velhos” e “novos” colonos de origem portuguesa, que agora fugiam da escalada de violência causada pelos conflitos entre os grupos nacionalistas antagônicos e seus aliados externos, conflitos estes também chamados de “guerras de desestabilização”.

Já em 1974, pouco depois da revolução portuguesa, o já referido deputado paulista Cunha Bueno retornou a Lourenço Marques, atual Maputo, tendo ali sido auxiliado pelo jornalista português Frederico Gavazzo Perry Vidal. De volta a São Paulo, no ano seguinte, formou o Movimento de Apoio ao Emigrante Português (MAEP), que também mantinha instalações no Rio de Janeiro e que teve um papel importantíssimo na canalização de fluxos de colonos em direção ao Brasil. Esta é, no entanto, uma história ainda não registrada em estudos científicos ou em monografias acadêmicas. Mas há alguns indícios de que esses fluxos tenham sido induzidos com apoio do Ministério das Relações Exteriores. O diplomata Ovídio de Andrade Melo, em um de seus relatos sobre o reconhecimento brasileiro da independência de Angola,

assinala que em sua passagem por seu posto permanente em Londres, em fevereiro de 1975, sugeriu ao Itamaraty que, uma vez previsto o êxodo dos portugueses e colonos – em suas palavras, “emigração pânica” –, deveriam ser dispensados os vistos junto à recém-criada Representação Especial do Brasil em Luanda. Aqueles saíam como turistas, como a legislação brasileira previa, e, em sua chegada ao Rio de Janeiro, seriam concedidos a eles vistos permanentes (MELO, 1996, p. 364). Entre abril e novembro, chegaram a ser concedidos cerca de 5 mil vistos por mês, “um recorde no Itamaraty de todos os tempos”, segundo Melo. Alguns recusavam-se a embarcar para Lisboa porque para eles Portugal parecia caminhar para o comunismo, e outros simplesmente porque buscavam um contexto de maior estabilidade política e em seu imaginário o Brasil preenchia esse requisito.

Entre julho e agosto de 1975, da “batalha de Luanda” entre as forças nacionalistas sairia um vencedor, o MPLA, que assumiu o poder na capital, rejeitou – com apoio cubano – a invasão sul-africana ao sul e obteve do Brasil, em 11 de novembro, o primeiro reconhecimento da independência do país. Em Moçambique, não fora estabelecida uma Representação Especial como em Luanda, mas o próprio Consulado, cujos encarregados foram convidados a se retirar assim que foi proclamada a independência, em 25 de junho (MELO, 1996, p. 376).

Embora não existam dados precisos sobre o número de colonos portugueses, “luso-africanos”, africanos e “luso-indianos” exilados e refugiados do Ultramar português para o Brasil nesse período, sabe-se que desembarcaram aos milhares em solo brasileiro (OITENTA ANOS, 1992). Como recordam alguns de nossos entrevistados vindos à altura das independências das possessões africanas, principalmente Angola e Moçambique, chegaram ao Brasil entre vinte mil e trinta mil pessoas oriundas principalmente da África; muitos dos que aportaram em solo brasileiro decidiram, seja imediatamente, seja anos ou décadas depois, ir recomeçar suas vidas na antiga metrópole ou em muitos outros países.

A ausência ou indisponibilidade de dados oficiais no Brasil sobre tais fluxos e sobre o perfil socioeconômico desses migrantes é um grande problema prévio (RIBEIRO, 1996; DEMARTINI et alii, 2005b), muito possivelmente porque sua entrada havia sido concebida e facilitada, pelo Estado brasileiro, como uma introdução estratégica de quadros profissionais qualificados no momento em que era anunciado o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), sob o governo do general Ernesto Geisel.

Entre os imigrantes que vieram para a América do Sul em 1975, despontam três grandes conhecedores da história e das culturas regionais angolanas, sempre muito lembrados pelas pessoas que vieram com esse fluxo. Acácio Videira, português de Monsalvarga, Trás-os-Montes, que em 1948 havia se mudado para a Lunda-Norte, foi viver em Contagem, Minas Gerais, e pôde salvar, trazendo consigo, um importante acervo de objetos e registros etnográficos que haviam sido oferecidos pelos Tchokwe, do nordeste de Angola, ao Museu do Dundo, que desde então passou a ser alvo de saques, em razão da guerra (VIDEIRA, 2013). Igualmente conhecido é o pintor e poeta Albano Neves e Sousa, português natural de Matosinhos que havia se mudado para o Planalto Central angolano ainda criança, e que depois se transferiu para Salvador, Bahia, onde faleceu em 1995. O jornalista Sebastião Coelho, nascido no Huambo, foi viver em Buenos Aires, onde continuou a escrever sobre a cultura popular angolana (*Angola: história e estórias da informação; Mukanda das Américas*), tendo falecido na capital argentina em 2002. Em Angola, Coelho havia sido militante das FUA (renovadas) e, mesmo após a independência, do MPLA.

A pesquisa sobre os aspectos acima leva a desconstruir algumas imagens que foram moldadas e de certa forma acompanham a vinda de portugueses e de africanos saídos das colônias portuguesas em direção a São Paulo no período considerado. Pode-se constatar que aqueles que vieram do “Ultramar” apresentavam grande diversidade, não só de origens geográficas e socioeco-

nômicas, mas também de trajetórias de trabalho e de posicionamentos políticos. Do ponto de vista histórico-sociológico, é necessário dar voz aos vários grupos sociais envolvidos nesse processo, para que se opere uma reconstrução que envolva a complexidade dos deslocamentos analisados.

Considerar tanto os agentes do colonialismo (funcionários coloniais, militares portugueses, burguesia colonial e colonos) como também aqueles que mais sofreram o peso do mesmo sistema de dominação (a sociedade colonizada africana, sobretudo) é pré-condição metodológica para que se observe um *espaço social* aberto a outras influências e que vai além das fronteiras imperiais consideradas, e que se mostra atuante também em Estados nacionais de recepção, como o Brasil. A reconstituição analítica de um *fenômeno social total* requer que este seja considerado sob um ponto de vista transnacional, e que sejam sempre enfatizadas as dinâmicas próprias das mobilidades espaciais e sociais.

Até aqui, no entanto, tratou-se apenas de *análise morfológica* prévia, necessária como primeiro passo para um avanço programático em direção a níveis mais profundos de análise, ou seja, para uma subsequente identificação de modelos e atitudes sociais e de visões de mundo em articulação entre os diversos agrupamentos sociais internos e externos ao fenômeno observado, e que se foram formando à medida que o processo de contestação ao colonialismo português ganhava maior consistência interna e maior legitimação internacional. O processo de investigação, longe de haver apontado para um estágio conclusivo, já se apresenta como um programa de pesquisa em pleno amadurecimento, cujos aspectos centrais tratamos de externar todavia de forma sucinta.

## Referências bibliográficas

BALANDIER, Georges. (1951), La situation coloniale: approche théorique. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, Paris, v. XI, p. 44-79, 1951.

\_\_\_\_\_. Phénomènes sociaux totaux et dynamique sociale. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, Paris, v. XXX, p. , 1961.

\_\_\_\_\_. **Sociologie actuelle de l'Afrique noire**: Dynamique des changements sociaux en Afrique centrale. 3<sup>e</sup> ed. Paris: PUF, 1971.

\_\_\_\_\_. **As dinâmicas sociais**: sentido e poder. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976.

BASTIDE, Roger: Introdução a dois estudos sobre a técnica das histórias de vida. In: PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. **Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva**. São Paulo: CERU, 1983. (Coleção Textos. n. 4).

CARDOSO, Cláudia Raquel Espinha. **Diáspora e regresso: os imigrantes luso-angolanos no Brasil**. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo.

CARNEIRO, Glauco. **Cunha Bueno, história de um político**. São Paulo: Pioneira, 1981.

CASTELO, Cláudia. **A migração de metropolitanos para Angola e Moçambique (1945-1974)**. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/ClaudiaCastelo.pdf>> Acesso em 01 out. 2014.

CASTELO, Cláudia. **Passagens para África**: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974). Porto: Afrontamento, 2007.

CORREIA, Miguel Anacoreta (Org.). **Viva a malta do liceu!**: Liceu Nacional Salvador Correia, uma memória de 90 anos. Lisboa: Pangeia Editores/Associação dos Antigos Alunos do Liceu Salvador Correia; Luanda: Chá de Caxinde, 2009.

CORREIA, Pedro Pezarat. **Descolonização de Angola**: a joia do Império Português. Luanda: Editorial Inquérito; Ler & Escrever, 1991.

COSTA ANDRADE, Fernando. **Adobes da memória**. 2 Vols. Luanda: Chá de Caxinde, 2002.

COSTA E SILVA, Alberto da. **Um rio chamado Atlântico**: a África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

COUTO, Mia. "Porque esquecemos tanto?". **África 21**, Luanda, n° 24, p. 31, dez. 2008.

COUTO, Mia. "Descolonizar a descolonização". **África** 21, Luanda, nº 40, p. 35, mai. 2010.

CUNHA, Daniel de Oliveira; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Literatura política e análise ideológica do colonialismo português, 1968-1974 (resumo expandido). **Anais do X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, Braga, 4 a 7 fev. 2009.

DÁSKALOS, Sócrates. **Testemunho para a história de Angola**: do Huambo ao Huambo. Lisboa: Vega, 2000.

DÁVILA, Jerry. **Hotel trópico**: o Brasil e o desafio da descolonização africana. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Culturas escolares: algumas questões para a História da Educação. In: GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de (Org.). **Diversidade, cultura e educação**: olhares cruzados. São Paulo: Biruta, 2003a, p. 135-158.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de; CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza. **Imigrantes portugueses e luso-africanos no pós-guerra**: trajetórias no contexto paulista. São Paulo: CERU/CNPq, 2003b.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Migrações e relatos orais: as potencialidades das entrevistas com gerações sucessivas. In: ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz; CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza (Orgs.). **Olhares lusos e brasileiros**. São Paulo: Usina do Livro/Universidade Aberta/CERU, 2003c, p. 157-178.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Relatos orais, documentos escritos e imagens: fontes complementares na pesquisa sobre imigração. In: ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz; CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza. (Org.). **História, memória e imagens nas migrações**: abordagens metodológicas. Oeiras: Celta, 2005, p. 99-133.

DUARTE, Paulo. "Beja, Goa e uma ditadura moribunda". **Anhemi**, São Paulo, Ano XII, nº 135, vol. XLV, p. 551-556, fev. 1962.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Diplomacia independente**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

\_\_\_\_\_. **O espírito e a ação**: ensaios inéditos. Sel., rev., transc., introd. e notas de Afonso Arinos Filho. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2005. (Coleção Afrânio Peixoto)

FURTAD, Rafael Arruda. **Relações Brasil-Índia (1947-1964): a descolonização dos enclaves portugueses**. 2008. 200 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Universidade de Brasília, Brasília.

GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GENTILLI, Anna Maria. Colonialismo. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: UnB, 1998.

GONÇALVES, José Júlio. **Protestantismo em África**: contribuição para o estudo do protestantismo na África portuguesa. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1960.

GONÇALVES, Jonuel. **A economia ao longo da história de Angola**. Luanda: Mayamba, 2011. (Mayamba Economia)

LOURENÇO, Eduardo. **Mitologia da saudade**: seguido de Portugal como destino. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MAGALHÃES, José Calvet de. **Breve história das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal**. Prefácio de Celso Lafer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MARGARIDO, Alfredo. Prefácio. SERRANO, Carlos. **Angola, nascimento de uma nação**: um estudo sobre a construção da identidade nacional. Luanda: Kilombelombe, 2008.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Sonha Mamana África**. São Paulo: Epopeia; Secretaria de Estado da Cultura, 1987. (Letras Mágicas; 3)

MELO, Ovídio de Andrade. O reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975. ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org.). **Sessenta anos de política externa, 1930 – 1990**. São Paulo: Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 1996. Volume IV: O desafio geoestratégico, p. 345-392.

MÓNICA, Maria Filomena. **Educação e sociedade no Portugal de Salazar**. Lisboa: Editorial Presença, 1978.

MOREIRA, Adriano. **A espuma do tempo**: memórias do tempo de vésperas. Lisboa: Almedina, 2009.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. **A sociedade angolana através da literatura**. São Paulo: Ática, 1978.

NÓVOA, Antônio. Inovação e história da educação. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 6, p. 210-220, 1992.

OITENTA ANOS. **Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo: 1912-1992**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

PAULO, Heloisa. O exílio português no Brasil nas décadas de cinquenta e sessenta. **Cadernos CERU**, São Paulo, Série 2, Volume 23/2, Dez. 2012.

PAULO, João Carlos. Vantagens da instrução e do trabalho: “escola de massas” e imagens de uma “educação colonial portuguesa”. **Educação & Cultura**, Lisboa, nº 5, p. 99-128, 1996.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. Pesquisas sociológicas sobre o subdesenvolvimento: reflexões metodológicas. **Cadernos**, São Paulo, nº 5, 1ª série, jun. 1972.

\_\_\_\_\_. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil**. São Paulo: LTC/EDUSP, 1978.

PIMENTA, Fernando Tavares. **Branços de Angola**: autonomismo e nacionalismo (1900-1961). Coimbra: Minerva, 2005.

PIMENTA, Fernando Tavares. **Angola, os brancos e a independência**. Porto: Afrontamento, 2008.

RIBEIRO, José Teixeira Lopes. Migração internacional Brasil-África: Angola em destaque. In: PATARRA, Neide L. (Coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. 2. ed. Campinas: FNUAP/NESUR/NEPO, 1996. p. 122-132.

RODRIGUES, Deolinda. **Cartas de Langidila e outros documentos**. Luanda: Nzila, 2004.

SACRAMENTO NETO. **O mediatário**. Lisboa: Associação da Comunidade de São Tomé e Príncipe, 2004. (Ficção Africana; 11).

SANTOS, Fernando Barciela. **Angola, na hora dramática da descolonização**. Lisboa: Prelo, 1975.

SANTOS, José Francisco dos. **Movimento afro-brasileiro pró-libertação de Angola (MABLA), “um amplo movimento”**: relação Brasil e Angola de 1960 a 1975. 2010. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo.

SERRANO, Carlos. **Angola, nascimento de uma nação**: um estudo sobre a construção da identidade nacional. Luanda: Kilombelombe, 2008.

SILVA, António E. Duarte. **A independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa**: estudo de história, direito e política. Porto: Afrontamento, 1997.

SILVA, Douglas Mansur da. **A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro (1956-1975)**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

VIDEIRA, José Manuel Primo. **Acácio Videira**: a história de um acervo. Belo Horizonte: CEMIG, 2013.

Recepção dos artigos: 30/06/2015

Data de aprovação 30/07/2015